



## CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS/MG

### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2025

CADERNO DE PROVA	CARGO
<b>1</b>	<b>ADVOGADO</b>

Este **CADERNO** contém 2 (duas) questões discursivas e 40 (quarenta) questões objetivas específicas, assim distribuídas:

PROVAS	N.º DE QUESTÕES
Direito Administrativo	7
Direito Constitucional	6
Direito Civil	4
Direito Processual Civil	6
Direito Ambiental	3
Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho	6
Direito Tributário	4
Direito do Consumidor	2
Direitos Humanos	2

**Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.**

## INSTRUÇÕES GERAIS

1. As provas objetivas e discursivas terão duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais objetivas e discursivas.
2. **Período de sigilo:** o candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas após decorrida 1 (uma) hora do início de sua aplicação.
3. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para as folhas de respostas oficiais, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
4. O candidato poderá transcrever as respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e ela poderá ser destacada.
5. Na transcrição das respostas das questões discursivas, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyzxyz~~)
6. Não haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursivas por erro do candidato.
7. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal juntamente com as folhas de respostas objetivas e discursivas, devidamente preenchidas e assinadas.
8. As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico da FUMARC <[www.fumarc.com.br](http://www.fumarc.com.br)> no 1º dia útil subsequente ao da realização da prova.
9. **Atenção:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Nosso objetivo é ampliar os programas sociais e melhorar a qualidade de vida da população, garantindo mais dignidade, moradia e inclusão social.*

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome completo no quadro abaixo.

**N.º de Inscrição**

**Nome Completo**

**PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 01**

Julgue os itens a seguir, conforme a Organização da Administração Pública, o Controle da Administração Pública e as normas estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil/1988:

- I. As pessoas jurídicas de direito privado não possuem sua divisão estabelecida em órgãos públicos, os quais estão vinculados especificamente às pessoas jurídicas de direito público.
- II. Compete privativamente ao Senado Federal a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração dos cargos, empregos e funções vinculados à Câmara dos Deputados.
- III. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o qual, por sua vez, não possui personalidade jurídica própria.
- IV. A teoria predominante no direito brasileiro em relação à emanção da vontade do Estado, ante sua natureza jurídica de ente coletivo, é a teoria do órgão, segundo a qual inexistente personalidade jurídica autônoma do agente público na exteriorização dos atos estatais. O Estado é formado por diversos órgãos que, por imputação, criação da norma jurídica, manifestam a vontade da pessoa jurídica de direito público.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

### QUESTÃO 02

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Candeias/MG, assinale a afirmativa que indica, de maneira **CORRETA**, deliberação da Câmara Municipal que independe de sanção do Prefeito Municipal:

- (A) Organização dos serviços públicos e instituição de políticas públicas estruturais.
- (B) Conceder títulos de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e/ou particular, mediante proposta, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
- (C) Autorizar a alteração de denominação de ruas, vias e logradouros públicos.
- (D) Crédito suplementar ao orçamento da Câmara Municipal, nos termos da legislação federal, da Lei Orgânica do Município de Candeias/MG e da legislação orçamentária municipal.

### QUESTÃO 03

No que se refere à contratação de agentes públicos por tempo determinado, julgue as assertivas a seguir como **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)**:

- ( ) A competência para julgar as lides decorrentes da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público é da Justiça Comum e não da Justiça do Trabalho.
- ( ) Poderá haver contratação de pessoal por prazo determinado para atendimento a convênios, objetivando cooperação no interesse público ou social, de caráter transitório.
- ( ) As contratações por tempo determinado para atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público exigirá aprovação do agente em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- ( ) É cabível a contratação de pessoal por prazo determinado para substituição de servidor, em decorrência de dispensa, nos casos de vacância, dentre outros, para o exercício de cargo/função em comissão, excluídos os agentes políticos, caso não seja possível a substituição por outro servidor do quadro, sem prejuízo do serviço público.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) (F); (V); (F); (V).
- (B) (V); (F); (F); (F).
- (C) (V); (V); (F); (F).
- (D) (V); (V); (V); (V).

**QUESTÃO 04**

Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Candeias/MG, são regras dispostas para os Projetos de Cidadania Honorária e Honra ao Mérito, **EXCETO**:

- (A) A Comissão tem o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar o parecer sobre a concessão do título de cidadania honorária e diploma de honra ao mérito, podendo fazer parte dela o autor do projeto e os componentes da Mesa.
- (B) Os projetos de resolução com propostas para concessão de títulos de cidadania honorária e diploma de honra ao mérito serão apreciados por uma Comissão Especial de três vereadores.
- (C) Os projetos para concessão de cidadania honorária e honra ao mérito serão deliberados em turno único e só serão aprovados se obtiverem o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.
- (D) A entrega do título de cidadania honorária e de honra ao mérito é feita em reunião solene da Câmara Municipal.

**QUESTÃO 05**

No que se refere aos fundamentos e conceitos relativos ao domínio público, aos bens públicos, conforme entendimento doutrinário dominante, e às disposições relativas ao Patrimônio Público previstas na Lei Orgânica do Município de Candeias/MG, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- (A) O duplo aspecto dos bens dominicais justifica a sua submissão a regime jurídico de direito privado parcialmente derogado pelo direito público.
- (B) A conversão de um bem de uso comum do povo ou de uso especial em bem dominial dar-se-á por meio de decreto-lei.
- (C) Não são passíveis de alienação os bens dominiais.
- (D) Nas hipóteses de excepcional interesse público, previstas em lei, será permitida a aprovação de legislação que permita a alienação de bens integrantes do patrimônio público municipal, de forma genérica e abstrata, mediante decreto legislativo.

**QUESTÃO 06**

As alternativas a seguir estabelecem zonas da Macrozona Urbana, conforme o Plano Diretor do Município de Candeias/MG (Lei Complementar n. 148/2020 de Candeias/MG), **EXCETO**:

- (A) Zona Mista.
- (B) Zona Rural de Produção Sustentável.
- (C) Zona de Ocupação Controlada.
- (D) Zona de Restrição à Ocupação.

**QUESTÃO 07**

Julgue os itens a seguir, conforme os preceitos estabelecidos para os contratos administrativos e licitações:

- I. São modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão, diálogo competitivo.
- II. A expressão “contrato administrativo” é utilizada, em sentido amplo, para abranger todos os contratos celebrados pela Administração Pública, seja sob o regime de direito público ou privado. Já a expressão contratos da Administração envolve os ajustes firmados sob a égide da supremacia do interesse público.
- III. O julgamento que decorrer dos procedimentos auxiliares das licitações de pré-qualificação e de procedimento de manifestação de interesse seguirá o mesmo trâmite das licitações.
- IV. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição prescindível para a eficácia do contrato e seus aditamentos. Quando realizada, deverá ocorrer no prazo de 20 dias úteis, no caso de licitação, ou 10 dias úteis, no caso de contratação direta.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.

**PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 08**

A Constituição Federal de 1988 dedicou uma seção específica dentro do capítulo das funções essenciais à Justiça para tratar da advocacia pública, estabelecendo regras para a Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal. Considerando o tratamento constitucional dispensado à advocacia pública, analise as assertivas abaixo:

No que se refere às Procuradorias Municipais, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A Constituição Federal estabeleceu expressamente a obrigatoriedade de criação de Procuradorias Municipais em todos os municípios brasileiros.
- (B) A criação de Procuradorias Municipais depende exclusivamente de autorização da Advocacia-Geral da União.
- (C) As Procuradorias Municipais foram expressamente vedadas pela Constituição Federal, devendo os municípios contratar advogados particulares.
- (D) Não houve previsão explícita de Procuradorias Municipais, podendo, naturalmente e desde que observadas as regras constitucionais, a matéria ser tratada nas Constituições Estaduais, Leis Orgânicas e legislação própria.

**QUESTÃO 09**

No controle difuso de constitucionalidade, quando o Poder Judiciário declara a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo de forma incidental, a regra geral estabelece que os efeitos da decisão são limitados às partes do processo e retroativos, atingindo a norma desde sua edição. Essa sistemática decorre do entendimento de que a lei inconstitucional possui vício congênito, ou seja, vício de "nascimento".

Considerando os efeitos da decisão no controle difuso de constitucionalidade, é **CORRETO** afirmar que, em regra:

- (A) Os efeitos são *erga omnes* e *ex nunc*, produzindo eficácia apenas a partir do trânsito em julgado da decisão.
- (B) Os efeitos são *erga omnes* e *ex tunc*, atingindo todos os jurisdicionados com eficácia retroativa.
- (C) Os efeitos são *inter partes* e *ex tunc*, limitando-se às partes do processo e produzindo efeitos retroativos.
- (D) Os efeitos são *inter partes* e *ex nunc*, limitando-se às partes e produzindo eficácia apenas prospectiva.

**QUESTÃO 10**

Após a Segunda Guerra Mundial, os excessos contra a integridade humana elevaram a dignidade da pessoa humana ao status de princípio supremo. Os direitos fundamentais, diretamente vinculados a essa dignidade, constituem prerrogativas positivadas que garantem liberdade e igualdade. Consequentemente, os direitos de personalidade ganharam maior relevância por se fundamentarem nesse valor supremo. A realização das três dimensões dos direitos fundamentais (individuais, políticos e sociais) representa o próprio conteúdo jurídico da dignidade humana (LIMA FILHO, Eujecio Coutrim. A fundamentalidade do Direito do Consumidor no Contexto da Constitucionalização do Direito Privado Brasileiro. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016).

Com base no texto apresentado e na teoria dos direitos fundamentais, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os direitos fundamentais são absolutos e não admitem qualquer tipo de restrição, mesmo quando em conflito com outros direitos de igual hierarquia.
- (B) A dignidade da pessoa humana constitui o núcleo dos direitos fundamentais, funcionando como princípio supremo e fonte legitimadora dos demais direitos fundamentais.
- (C) A constitucionalização dos direitos fundamentais impede sua aplicação direta nas relações privadas, limitando sua eficácia ao âmbito das relações públicas.
- (D) As três dimensões dos direitos fundamentais (individuais, políticos e sociais) são independentes entre si e não se relacionam com o conteúdo da dignidade humana.

**QUESTÃO 11**

A Constituição Federal de 1988 promoveu significativa constitucionalização das normas reitoras da Administração Pública, consolidando um catálogo de normas constitucionais específicas e consagrando princípios fundamentais aplicáveis aos três níveis federativos. O texto constitucional estabeleceu não apenas os princípios expressos da administração pública, mas também estruturou um sistema de repartição de competências administrativas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de prever mecanismos de cooperação federativa.

Considerando a organização constitucional da Administração Pública brasileira, analise as assertivas abaixo, assinalando a que for **CORRETA**:

- (A) A Lei nº 9.784/99 ampliou o rol de princípios aplicáveis à Administração Pública federal, estabelecendo princípios como finalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade, que decorrem dos princípios constitucionais expressos.
- (B) A atividade administrativa nos Poderes Legislativo e Judiciário constitui atividade-fim desses Poderes, razão pela qual se submete integralmente aos princípios constitucionais da administração pública.
- (C) Os princípios da administração pública previstos no art. 37 da CF/88 são taxativos, não sendo possível a aplicação de outros princípios não expressamente mencionados no texto constitucional.
- (D) As regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituem entes federativos autônomos, dotados de competências legislativas próprias e independentes dos Estados e Municípios.

### QUESTÃO 12

A Constituição Federal de 1988, especialmente após a Emenda Constitucional nº 41/2003, estabeleceu regras claras sobre o teto remuneratório dos agentes públicos no art. 37, XI. O dispositivo criou diferentes limites remuneratórios conforme a esfera federativa e o Poder em que atua o agente público, incluindo regras específicas para as funções essenciais à Justiça. O Supremo Tribunal Federal, ao interpretar essas normas, fixou importantes entendimentos sobre a aplicação prática desses limites, especialmente em casos de acumulação de cargos e benefícios.

Considerando o regime constitucional do teto remuneratório e a jurisprudência do STF sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) O teto remuneratório aplicável aos membros da magistratura estadual é de 90,25% do subsídio dos Ministros do STF, conforme a literalidade do art. 37, XI, da CF/88.
- (B) Nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incide sobre o somatório dos vencimentos percebidos em ambos os cargos acumulados.
- (C) No âmbito municipal, aplica-se como teto remuneratório o subsídio do Prefeito, enquanto para as funções essenciais à Justiça (Ministério Público, Defensores Públicos e Procuradores) o teto é o subsídio dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça Estaduais, limitado a 90,25% do subsídio dos Ministros do STF.
- (D) A acumulação de benefício de pensão com remuneração de servidor ativo não se submete ao teto remuneratório, aplicando-se os limites separadamente para cada verba.

**QUESTÃO 13**

A arquitetura federativa inaugurada pela Constituição de 1988 representou uma profunda reconfiguração na organização do Estado brasileiro, superando o modelo dual clássico. Ao elevar o Município à condição de ente federativo, a Carta Magna instituiu um complexo sistema de repartição de competências e de garantias de autonomia. Essa inovação, contudo, é acompanhada de especificidades e controvérsias doutrinárias que exigem do intérprete um conhecimento aprofundado sobre a estrutura do federalismo cooperativo brasileiro.

Com base na teoria da organização do Estado e na sistemática constitucional brasileira, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A controvérsia doutrinária sobre a condição federativa dos Municípios reside no fato de que sua autonomia é uma mera delegação dos Estados-membros, sendo suprimível por emenda à Constituição Estadual, uma vez que não possuem poder judiciário próprio nem representação no Senado Federal.
- (B) A inclusão dos Municípios como componentes da federação constitui a mais notável inovação do federalismo brasileiro, instituindo um modelo tríplice cuja autonomia municipal, expressa na capacidade de auto-organização via Lei Orgânica, goza de proteção como cláusula pétrea implícita, derivada da indissolubilidade da forma federativa de Estado.
- (C) O federalismo cooperativo brasileiro, exemplificado pelo art. 23 da CF/88, estabelece uma relação hierárquica nas competências comuns, na qual as normas da União prevalecem sobre as estaduais e municipais, que podem apenas suplementá-las sem qualquer poder de inovação autônoma.
- (D) A autonomia do Distrito Federal, em sua natureza híbrida, é idêntica à dos Estados-membros, incluindo o poder de organizar e manter seu próprio Poder Judiciário, Ministério Público e polícia civil, conforme as diretrizes de sua Lei Orgânica.

**PROVA DE DIREITO CIVIL****QUESTÃO 14**

A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto na Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998. Considerando o disposto no mencionado diploma normativo, avalie as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.
- II. A lei será estruturada em duas partes básicas: a) parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas; e b) parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada.
- III. A epígrafe indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.
- IV. O preâmbulo, grafado em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.

- (A) V F F F  
(B) V F V F  
(C) F V F V  
(D) F F F V

**QUESTÃO 15**

A existência da pessoa natural termina com a morte. Sobre este fato jurídico e considerando as disposições normativas biojurídicas, avalie as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A retirada *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por um médico não participante das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.
- II. Se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra, pode ser declarada a morte presumida, mediante prévia decretação de ausência.

- III. Havendo manifestação expressa do doador sobre o tema, a retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte.
- IV. Se, nos dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, o ausente não regressar, e nenhum interessado promover a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal.
- (A) F V F F  
(B) F F F V  
(C) F F V F  
(D) V F V V

### QUESTÃO 16

Para fins de aplicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, considera-se correto, **EXCETO**:

- (A) Residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
- (B) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

- (C) Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (D) Adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

**QUESTÃO 17**

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Sobre as disposições normativas constantes da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O Estatuto da Pessoa Idosa é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- II. Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- III. À pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- IV. Em todo atendimento de saúde, os maiores de 70 (setenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

- (A) V F F V  
(B) F F V V  
(C) V V F F  
(D) V F V F

**QUESTÃO 18**

Após ser diagnosticado com doença grave, Gabriel, por meio de seu advogado, ajuizou ação em face do município X, buscando o fornecimento do medicamento prescrito para seu tratamento. Em sua peça inicial, formulou pedido de concessão de tutela antecipada incidental, a fim de garantir o imediato fornecimento do fármaco. O magistrado deferiu a tutela provisória, que foi integralmente cumprida pelo município réu, o qual, contudo, não interpôs qualquer recurso contra tal decisão. Diante dessa situação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A ausência de interposição de recurso não ocasiona a estabilização da decisão liminar, já que tal fenômeno processual ocorre apenas nos casos de tutela antecipada antecedente, não se aplicando à tutela provisória incidental.
- (B) Diante da ausência de interposição de recurso, a decisão alcançará a estabilização de seus efeitos, mas poderá ser revista em ação própria, desde que ajuizada no prazo de dois anos.
- (C) Diante da ausência de interposição de recurso, a decisão alcançará a estabilização de seus efeitos, formando coisa julgada material, passível de desconstituição apenas por ação rescisória no prazo de dois anos.
- (D) A ausência de interposição de recurso não ocasiona a estabilização da decisão liminar, já que tal fenômeno processual ocorre apenas nos casos de tutela cautelar antecedente, não se aplicando à tutela provisória incidental.

**QUESTÃO 19**

Mariana, servidora pública municipal, ajuizou ação de cobrança contra o Município Y, buscando o pagamento do décimo terceiro salário referente ao último ano, no valor de R\$ 6.780,00 (seis mil, setecentos e oitenta reais). O processo foi distribuído para a 2ª Vara de Fazenda Pública da Justiça Comum Estadual, em conformidade com o direcionamento indicado na petição inicial.

Considerando as regras de competência fixadas pela Lei nº 12.153/2009 e pelo CPC/2015, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Ainda que o valor da causa permita o ajuizamento no Juizado Especial da Fazenda Pública, a opção da autora pela Justiça Comum deve ser respeitada.
- (B) Por se tratar de competência relativa, o magistrado somente poderá remeter o processo ao Juizado Especial se houver manifestação da parte ré.
- (C) A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública seria aplicável apenas se a ação fosse proposta contra órgão da administração pública federal.
- (D) Tratando-se de competência absoluta, o juiz poderá declinar de ofício a competência para o Juizado Especial da Fazenda Pública.

**QUESTÃO 20**

Em razão de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em julgamento de recurso de apelação, que manteve a sentença que condenou o Município Z ao pagamento de gratificação aos servidores municipais, o Procurador Municipal opôs embargos de declaração com o objetivo de prequestionar dispositivos de lei federal não enfrentados no acórdão. Os embargos, contudo, foram rejeitados, sob o fundamento de inexistência de omissão. Diante dessa situação, o Procurador deve:

- (A) Opor novos embargos de declaração, insistindo na omissão, pois o prequestionamento exige o acolhimento dos embargos de declaração.
- (B) Apresentar agravo interno, a fim de que a Turma Julgadora se pronuncie expressamente sobre os dispositivos legais prequestionados.
- (C) Interpor recurso especial, pois, ainda que os embargos tenham sido rejeitados, considera-se atendido o requisito do prequestionamento.
- (D) Interpor recurso especial, já que o prequestionamento é pressuposto de admissibilidade apenas dos recursos extraordinários.

**QUESTÃO 21**

O município W ajuizou Ação de Cobrança em face de Laura, servidora pública municipal, visando ao ressarcimento de valores indevidamente pagos, em razão de equivocada interpretação dada à legislação municipal.

A sentença julgou improcedente o pedido inicial, aplicando a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema Repetitivo nº 531: “Quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público”.

Diante da ausência de interposição de recurso de apelação pelo Procurador do Município, o magistrado encaminhou os autos à segunda instância, em razão da remessa necessária. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não se trata de hipótese de remessa necessária, uma vez que não houve interposição de recurso de apelação.
- (B) A remessa necessária somente se aplica às sentenças que julgam procedentes os pedidos formulados contra a Fazenda Pública, não às que julgam improcedentes.
- (C) Não se trata de hipótese de remessa necessária, tendo em vista que a sentença se encontra fundada em acórdão proferido pelo STJ em julgamento de recurso repetitivo.
- (D) A remessa necessária é facultativa, cabendo ao magistrado decidir se encaminha ou não os autos ao tribunal, conforme a relevância da matéria.

**QUESTÃO 22**

Após se envolver em um acidente de trânsito com um veículo pertencente ao Município, conduzido por servidor público no exercício de suas funções, o autor ajuizou ação de indenização visando ao ressarcimento dos danos materiais. Na petição inicial, pleiteou a condenação do Município ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelos prejuízos referentes ao conserto do automóvel. Em relação às despesas médicas, contudo, não indicou valor, alegando ser impossível mensurá-las naquele momento, já que o tratamento das lesões decorrentes do acidente ainda não havia sido concluído.

Considerando as circunstâncias, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A petição inicial será inepta, devendo o juiz extinguir o processo sem resolução de mérito, por falta de pedido certo e determinado.
- (B) É lícito formular pedido genérico quando a impossibilidade de mensuração decorre de dúvida quanto à extensão do dano, ainda desconhecida no momento da propositura da ação.
- (C) O juiz deverá intimar o autor para emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento, por ausência de pedido determinado.
- (D) O processo deve prosseguir normalmente, pois o Código de Processo Civil não exige que o pedido seja certo ou determinado.

### QUESTÃO 23

Após o trânsito em julgado da sentença que condenou o Município ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o autor promoveu cumprimento de sentença, requerendo a intimação do ente público, para imediato pagamento, sob pena de multa de 10%, prevista no art. 523, § 1º, do CPC, e penhora de bens. Diante disso, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Em razão do procedimento próprio previsto para o cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, não há incidência da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC, tampouco de possibilidade de penhora de bens.
- (B) Em razão do procedimento próprio previsto para o cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, não há possibilidade de penhora de bens, mas o atraso no pagamento enseja a incidência da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC.
- (C) Embora exista procedimento próprio previsto para o cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, admite-se a incidência da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC se, após analisada a defesa do ente público, esta for considerada protelatória.
- (D) Embora exista procedimento próprio previsto para o cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, o Código de Processo Civil expressamente admite a penhora de bens, tendo em vista a reconhecida demora no pagamento de precatórios.

**PROVA DE DIREITO AMBIENTAL****QUESTÃO 24**

A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente é matéria que goza de *status* constitucional. A Constituição Federal estabeleceu uma tríplice responsabilização a ser aplicada aos causadores de danos ambientais, a qual pode ser dar no âmbito penal, civil e administrativo. Sobre a responsabilidade civil no direito ambiental e no que está sedimentado em Súmulas dos Tribunais Superiores, assinale a opção **CORRETA**:

- (A) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- (B) Com base na Teoria do Risco Integral, a obrigação de indenizar os prejuízos causados pelo dano ambiental dependem da demonstração de culpa, admitindo-se excludentes como do caso fortuito e força maior.
- (C) Prevalece na doutrina e jurisprudência pátrios que a teoria adotada pelo legislador em matéria de responsabilidade civil é a Teoria do Risco Criado ou Risco Proveito, em que há possibilidade de exclusão ou diminuição do dever de indenizar nos casos de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.
- (D) Na ação civil pública ou coletiva por danos ambientais, a responsabilização civil pela degradação ambiental é solidária, logo, a pretensão pode ser ajuizada contra qualquer um dos corresponsáveis, o que se traduz no litisconsórcio obrigatório.

**QUESTÃO 25**

Os princípios do Direito Ambiental estabelecem a base para a proteção do meio ambiente. Apesar de não haver um consenso doutrinário sobre quais os princípios aplicáveis ao Direito Ambiental, alguns deles são amplamente aceitos. Assinale a alternativa que melhor se aplica aos conceitos aplicados ao Direito Ambiental, de acordo com o entendimento majoritário da doutrina:

- (A) O Princípio da Precaução não pode ser interpretado como uma cláusula geral, aberta e indeterminada. Ele busca a definição do que se pretende prevenir e qual o risco a ser evitado. Isto, contudo, só pode ser feito diante da análise das diferentes alternativas que se apresentam para a implementação ou não de determinado empreendimento ou atividade. Nesse sentido, cabe ao Estado provar o dano ambiental ou mesmo seu potencial lesivo para suspensão das atividades do empreendimento.

- (B) O princípio da prevenção aplica-se aos impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis. É o Princípio da Prevenção que permite eliminar todos os danos e impactos gerados pelo empreendimento.
- (C) O princípio Democrático encontra a sua expressão normativa especialmente nos direitos à informação, à participação e à transparência. Tais direitos estão, expressamente, previstos no texto da Constituição Federal e em diversas leis esparsas, garantindo aos atingidos pelos danos medidas administrativas e judiciais aptas à restauração do meio ambiente.
- (D) O Princípio do Poluidor Pagador busca afastar o ônus do custo econômico da coletividade e direcioná-lo ao utilizador dos recursos ambientais. Não se pretende recuperar um bem ambiental que tenha sido lesado, mas estabelecer um mecanismo econômico que impeça o desperdício de recursos ambientais, impondo-lhes preços compatíveis com a realidade.

### QUESTÃO 26

A multa é a sanção pecuniária imposta ao particular pela Administração em face da inobservância de normas administrativas que regem determinadas atividades submetidas ao poder de polícia. As multas incidem diretamente no patrimônio do particular e, portanto, estão submetidas ao princípio da legalidade e, igualmente, ao princípio da reserva legal. A condenação pelo dano ambiental, por sua vez, também pode ser convertida em prestação pecuniária, respeitando aspectos inerentes à seara ambiental. Sobre as multas e as sanções judiciais pecuniárias em matéria ambiental, assinale a opção **CORRETA**:

- (A) Apesar do meio ambiente possuir um caráter transindividual e transgeracional, é prescritível a pretensão executória referente a título executivo judicial que reconhece a obrigação de reparação do dano ambiental, mesmo após a conversão da obrigação em prestação pecuniária.
- (B) É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos.
- (C) Segundo a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), o pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios não substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência.
- (D) A multa aplicada em decorrência do cometimento de crime ambiental (Lei nº 9.605/98) será calculada segundo os critérios da legislação civil e processual civil; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

**PROVA DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO****QUESTÃO 27**

Quanto à terceirização no âmbito da Administração Pública, **NÃO** está de acordo com o entendimento vinculante decidido pelo Supremo Tribunal Federal sobre o ônus da prova:

- (A) Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ounexo de causalidade entre o dano por ele invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público.
- (B) Haverá comportamento negligente quando a Administração Pública permanecer inerte, após o recebimento de notificação formal, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo, de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas.
- (C) Baseada na teoria da aptidão para a prova, a responsabilidade de comprovar a efetiva fiscalização do contrato é da Administração Pública, o que acarreta de imediato a inversão do ônus da prova, pois ela possui acesso a todas as cobranças e penalidades aplicadas à empresa contratada.
- (D) Nos contratos de terceirização, a Administração Pública deverá: (i) exigir da contratada a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974; e (ii) adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, na forma do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tais como condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.

**QUESTÃO 28**

São prerrogativas do sindicato, nos termos disciplinados pela CLT, **EXCETO**:

- (A) Celebrar contratos coletivos de trabalho.
- (B) Instaurar e conduzir inquéritos civis para apurar irregularidades trabalhistas, requisitar documentos e informações.

- (C) Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida.
- (D) Colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

**QUESTÃO 29**

João, trabalhador celetista contratado pela empresa de terceirização ABC Limpeza Ltda., prestou serviços durante todo seu contrato para o Município de Candeias em Minas Gerais. Foi demitido, sem justa causa, e não recebeu seu acerto rescisório. Pretende ajuizar demanda, pedindo o pagamento das verbas e danos morais, atribuindo à causa o valor de R\$ 20.000,00. Neste caso, nos termos disciplinados pela CLT, a demanda deverá ser proposta pelo procedimento:

- (A) Sumaríssimo.
- (B) Ordinário.
- (C) Sumário.
- (D) Inquérito para apuração de falta grave.

**QUESTÃO 30**

Em relação à responsabilidade do sócio retirante, nos termos disciplinados pela CLT, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (B) Sempre responderá de forma solidária com os demais sócios.
- (C) O sócio retirante responderá subsidiariamente, respeitada a ordem de preferência, quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
- (D) Na ordem de preferência, o sócio retirante responderá antes dos sócios principais.

**QUESTÃO 31**

Sobre o agravo de instrumento no processo do trabalho, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- (B) Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento, antes da sentença.
- (C) Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito recursal que corresponda a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso que se pretende destrancar.
- (D) O agravo de instrumento é o recurso cabível, no processo do trabalho, contra as decisões que indeferem as tutelas provisórias.

**QUESTÃO 32**

Em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas por empreiteiro sem idoneidade econômico-financeira, a reponsabilidade do dono da obra que contratou o empreiteiro, conforme entendimento vinculante do TST será:

- (A) Exceto ente público da Administração direta e indireta, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações.
- (B) Independentemente se a contratação for particular ou com ente público da Administração direta e indireta, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações.
- (C) Exceto ente público da Administração direta e indireta, o dono da obra responderá solidariamente por tais obrigações.
- (D) Independentemente se a contratação for particular ou com ente público da Administração direta e indireta, o dono da obra responderá solidariamente por tais obrigações.

**PROVA DE DIREITO TRIBUTÁRIO****QUESTÃO 33**

A Igreja XXX, instituição religiosa devidamente registrada, realiza seus cultos em um imóvel alugado em outubro de 2024, pelo período de 2 anos, diretamente com o proprietário, Sr. Tício. O imóvel é utilizado exclusivamente para atividades religiosas e o contrato foi devidamente informado ao fisco municipal. O Município onde está localizado o imóvel notificou o proprietário para o pagamento do IPTU de 2025.

Diante da situação narrada, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O IPTU é devido, pois a imunidade tributária dos templos de qualquer culto alcança apenas os imóveis de propriedade de entidades religiosas, não abrangendo os imóveis alugados.
- (B) O IPTU não é devido, desde que o contrato de locação esteja em nome da instituição religiosa e o imóvel seja utilizado integralmente para atividades de culto.
- (C) O IPTU não é devido, se o proprietário comprovar que este é seu único imóvel e o que valor do aluguel é utilizado para sua subsistência.
- (D) O IPTU é devido pelo proprietário, mas a instituição religiosa pode pedir restituição do valor pago, desde que comprove a destinação exclusiva do imóvel ao culto religioso.

**QUESTÃO 34**

O senhor Mérvio adquiriu um imóvel urbano em novembro de 2024. Ao receber a guia para pagamento do IPTU de 2025, foi surpreendido com a cobrança de alíquotas progressivas de IPTU com base no valor venal do imóvel, previstas em lei municipal. Então, procurou um advogado para questionar judicialmente a constitucionalidade das alíquotas, sustentando que o IPTU não pode ser progressivo, pois isso configura violação ao princípio da isonomia e à vedação ao confisco.

Diante da situação narrada, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A progressividade do IPTU é inconstitucional, pois o imposto deve observar a uniformidade de alíquotas dentro do mesmo município, em respeito ao princípio da igualdade tributária.
- (B) A progressividade do IPTU é constitucional, posto que consta expressamente em uma das exceções à vedação ao confisco.
- (C) A progressividade do IPTU é expressamente prevista na Constituição de 1988 e está em conformidade com o princípio da capacidade contributiva.
- (D) A progressividade do IPTU é vedada, salvo se houver expressa autorização em lei federal regulamentadora do sistema tributário nacional.

**QUESTÃO 35**

O Município BETA lavrou auto de infração contra a empresa Clínica ABCD Ltda., exigindo o pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN referente aos exercícios de 2016 a 2018, com lançamento efetuado em setembro de 2024. A empresa foi regularmente notificada em outubro de 2024, ocasião em que apresentou impugnação administrativa alegando a prescrição do crédito tributário.

Considerando a regulamentação da decadência e da prescrição tributárias, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não houve prescrição e nem decadência, pois tais prazos iniciam-se a partir da notificação do contribuinte do lançamento.
- (B) Não houve decadência do crédito tributário, pois a Fazenda Pública Municipal pode lançar o ISSQN a qualquer tempo, dada a natureza continuada da prestação de serviços.
- (C) O crédito tributário está prescrito apenas quanto ao exercício de 2016, pois o prazo quinquenal conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (D) Houve a decadência do crédito tributário referente aos exercícios de 2016 a 2018 e, através da impugnação administrativa, tal decadência poderá ser reconhecida pelo município, mesmo que não tenha sido alegada pelo contribuinte.

**QUESTÃO 36**

Dentre as competências estabelecidas constitucionalmente aos municípios, pode-se destacar:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

[...]

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

[...]” (Constituição de 1988)

Diante de tais competências, o Município detém o poder de fiscalizar as atividades urbanas concernentes à localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação municipal e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas.

Tendo em vista o poder de fiscalizar, o Município pode, através de lei municipal, instituir:

- (A) Imposto específico, desde que a arrecadação seja aplicada na fiscalização.
- (B) Contribuição de melhoria, desde que comprove que a fiscalização vem sendo melhorada anualmente.
- (C) Taxa, em função do poder de polícia.
- (D) Contribuição especial para o serviço de fiscalização efetivamente mantido pelo Município.

## PROVA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

### QUESTÃO 37

João, tendo em vista o seu quadro clínico sensível, precisou contratar os serviços médicos de um hospital particular em sua cidade para fins de uma cirurgia de urgência. Após a cirurgia, sobreveio um verdadeiro “calvário” na vida de João, por conta do fato de que o hospital cobrou valores excessivos por materiais não discriminados em orçamento prévio e, ainda, recusou-se a entregar nota fiscal detalhada, o que revoltou João, encorajando-o a reclamar imediatamente. Todavia, o hospital alegou que “complicações médicas justificam naturalmente a realização de cobranças extras. Nesse sentido, o hospital recomendou que João, caso não estivesse satisfeito, procurasse os seus direitos”.

Isso posto, em conformidade com o Código de Proteção ao Consumidor vigente, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A cobrança é válida, pois o paciente gozou do serviço e deve suportar os riscos da cirurgia, tendo em vista o fato de que o contrato em tela é sinalagmático, comutativo, oneroso e bilateral.
- (B) A prática do hospital é abusiva, pois infringe os artigos 39, inciso VI, e 40 do vigente Código de Proteção ao Consumidor, e o hospital responde objetivamente pelos danos causados ao consumidor.
- (C) O médico responderá objetivamente, independentemente de culpa.
- (D) O hospital só responde se houver prova de culpa grave ou dolo de seus funcionários.

**QUESTÃO 38**

Em uma rede de supermercados de grande porte, Cacilda adquiriu uma bandeja de iogurtes industrializados para o consumo de sua prole. Ao chegar em casa, lamentavelmente, notou que algumas unidades estavam vencidas e outras apresentavam, nitidamente, conteúdo líquido inferior ao indicado na embalagem. Ao retornar ao supermercado, a gerente afirmou que a loja não tinha obrigação de devolver o dinheiro, tampouco realizar trocas e que poderia apenas oferecer, a título de graciosidade, um desconto na próxima compra, conforme a política da empresa.

Em conformidade com o Código de Proteção ao consumidor, analise o caso hipotético e assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A conduta caracteriza abusividade, pois o supermercado e outros fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de qualidade e de quantidade, podendo a consumidora exigir restituição do valor pago, abatimento proporcional do preço, complementação da medida ou substituição do produto.
- (B) O supermercado não pode ser responsabilizado, pois os produtos perecíveis e não duráveis são de responsabilidade exclusiva do fabricante, elidindo-se, reflexamente, a responsabilidade do supermercado.
- (C) A consumidora tão somente poderia exigir a troca dos produtos deteriorados, não sendo cabível restituição de valores em produtos alimentícios.
- (D) O supermercado terá o dever de ressarcir Cacilda, pois houve imprudência do supermercado, ao não conferir os vícios de quantidade e por inadequação.

**PROVA DE DIREITOS HUMANOS****QUESTÃO 39**

De acordo com o Decreto nº 10.932/2022, que promulgou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, e o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I - A Convenção promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 estabelece que os Estados-partes devem assegurar o direito à educação das pessoas com deficiência, determinando, para tanto, a obrigatoriedade de matrícula exclusiva em escolas especiais quando necessário para seu bem-estar.
- II - Ambos os decretos possuem status de lei ordinária no ordenamento jurídico brasileiro, podendo ser alterados ou revogados por nova legislação infra-constitucional.
- III - O Decreto nº 6.949/2009 internalizou no Brasil um tratado internacional que, em razão do quórum de aprovação pelo Congresso Nacional, foi equiparado às emendas constitucionais.
- IV - A Convenção promulgada pelo Decreto nº 10.932/2022 define que Racismo é qualquer preferência, distinção, exclusão ou restrição baseada, de modo concomitante, em dois ou mais critérios dispostos no Artigo 1.1 da referida convenção, ou outros reconhecidos em instrumentos internacionais, cujo objetivo ou resultado seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados-partes.
- V - A Convenção promulgada pelo Decreto nº 10.932/2022 define que Discriminação Racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais.

Marque a opção que apresenta as assertivas **CORRETAS**:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, III e V apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II e III, apenas.

**QUESTÃO 40**

As principais características ou especificidades dos direitos humanos foram estabelecidas com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e consolidadas na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993. De acordo com André de Carvalho Ramos, todas as alternativas abaixo definem adequadamente as especificidades dos direitos humanos, **EXCETO**:

- (A) A *interdependência* está relacionada à indivisibilidade dos direitos humanos e consiste no reconhecimento de que todos os direitos humanos contribuem para a realização da dignidade humana, interagindo para a satisfação das necessidades essenciais do indivíduo, o que exige a atenção integral a todos os direitos humanos, sem exclusão.
- (B) “*Efeito Cliquet*” ou princípio do não retorno da concretização, consiste na vedação da eliminação da concretização já alcançada na proteção de algum direito, admitindo-se somente aprimoramentos e acréscimos.
- (C) A *inalienabilidade* pugna pela impossibilidade de se atribuir uma dimensão pecuniária aos direitos humanos para fins de venda.
- (D) A *limitabilidade* significa que, além dos direitos humanos serem essenciais e gozarem de superioridade normativa, são direitos absolutos.

## INSTRUÇÕES GERAIS PARA A PROVA DISCURSIVA

Para desenvolver respostas às questões discursivas, atente para o disposto nos itens do Edital n. 01/2025, que regulamenta este Concurso Público, a seguir transcritos:

### 4.2. Prova Aberta

[...]

**4.2.1.4.** Cada questão discursiva da Prova Aberta valerá 15 (quinze) pontos e deverá ter a extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas por questão.

**4.2.1.5.** Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas por questão na Folha de Respostas da Prova Aberta.

**4.2.1.6.** Será atribuída nota 0 (zero) na questão discursiva nos casos de:

- a) que não atender ao número de linhas estabelecido no item 4.2.1.4;
- b) não atender ao conteúdo avaliado;
- c) letra ilegível;
- d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- e) conter identificação do candidato em local indevido.

Portanto, siga as orientações dos enunciados das questões discursivas, observando:

- Seu texto deverá ter de 10 a 15 linhas.
- Utilize a página de rascunho para formular sua resposta.
- **Atenção!** Transcreva as respostas corretas para as folhas de respostas discursivas oficiais correspondentes, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Não se identifique, de nenhuma forma, no corpo da resposta produzida.

**QUESTÃO DISCURSIVA 01**

A Lei Orgânica do Município de Candeias/MG estabelece, em seu art. 38, parágrafo único, que os poderes do Município, inclusive, os órgãos da Administração Indireta, publicarão, de forma ágil, objetiva e transparente, o montante das despesas com publicidade efetuadas no período, indicando o nome das agências ou veículos de comunicação contratados e o valor pago a cada um.

O princípio da publicidade deriva imediatamente do estado democrático, sendo instrumento imprescindível para a concretização de direitos fundamentais.

Com base nas informações apresentadas e na bibliografia sugerida, **DEFINA** o princípio da publicidade, seu objetivo e especifique sua vinculação com as funções da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Candeias/MG.

**RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 01**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

**QUESTÃO DISCURSIVA 02**

A Constituição Federal regula a intervenção dos Estados em seus Municípios e da União nos Municípios situados em Territórios Federais, tratando-se de medida excepcional e transitória. Considerando o disposto no art. 35 da CF/88 e a jurisprudência do STF, **EXPLIQUE:**

- a) quais são as hipóteses constitucionais que autorizam a intervenção nos Municípios;
- b) quem edita o decreto interventivo e qual o seu conteúdo obrigatório.

**RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 02**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS/MG**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 01/2025**

**ESTA FOLHA PODERÁ SER DESTACADA  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU GABARITO.**

<b>01</b>	
<b>02</b>	
<b>03</b>	
<b>04</b>	
<b>05</b>	
<b>06</b>	
<b>07</b>	
<b>08</b>	
<b>09</b>	
<b>10</b>	

<b>11</b>	
<b>12</b>	
<b>13</b>	
<b>14</b>	
<b>15</b>	
<b>16</b>	
<b>17</b>	
<b>18</b>	
<b>19</b>	
<b>20</b>	

<b>21</b>	
<b>22</b>	
<b>23</b>	
<b>24</b>	
<b>25</b>	
<b>26</b>	
<b>27</b>	
<b>28</b>	
<b>29</b>	
<b>30</b>	

<b>31</b>	
<b>32</b>	
<b>33</b>	
<b>34</b>	
<b>35</b>	
<b>36</b>	
<b>37</b>	
<b>38</b>	
<b>39</b>	
<b>40</b>	



**ATENÇÃO:  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA  
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**